À Secretaria Municipal de Planejamento, Administração e Governo

Prefeitura Municipal de Matozinhos

Comissão de Licitação e Pregoeiro

Praça Bom Jesus, 99 – Centro CEP: 35.720-000 – Matozinhos – MG

Ref. Impugnação do Edital. Pregão Eletrônico n. 001/2020. Objeto: CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO, ESCOLAR E INFORMÁTICA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MATOZINHOS/MG.

Assunto: Do objeto do Edital. Produtos originais, mas não consta no edital que as impressoras estão em garantia.

Prezado(a)s Sr.(a)(s),

Vimos pela presente, apresentar impugnação e esclarecimentos sobre edital/pregão eletrônico n. 01/2020, nos seguintes termos e condições:

Segunda consta do objeto do referido edital, consta CONSTITUI OBJETO DA PRESENTE LICITAÇÃO O REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE ESCRITÓRIO, ESCOLAR E INFORMÁTICA PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE MATOZINHOS/MG, em conformidade com as condições e as especificações técnicas do Termo de Referência (Anexo I), a saber:

29	CARTUCHO TONNER PRETO Nº CC530A PARA IMPRESSORA HP COLOR LASERJET CP2025 - ORIGINAL	UN	2	110,29	220,57
30	CARTUCHO TONNER AMARELO Nº CC532A PARA IMPRESSORA HP COLOR LASERJET CP2025 - ORIGINAL	UN	2	110,29	220,57
31	CARTUCHO TONNER CIANO Nº CC531A PARA IMPRESSORA HP COLOR LASERJET CP2025 - ORIGINAL	UN	2	110,29	220,57
32	CARTUCHO TONNER MARGENTA Nº CC533A PARA IMPRESSORA HP COLOR LASERJET CP2025 - ORIGINAL	UN	2	110,29	220,57

Conforme acima, depreende-se que nas especificações dos produtos, constam como cartuchos e toners originais.

Por certo que o **Edital** faz **lei entre as partes**, e é inegável o cumprimento de todos os envolvidos quanto ao **princípio da supremacia do interesse público**, em especial do serviço público, e é justamente com este intento que a empresa, por assim entender, apresenta

impugnação do edital e esclarecimento, por entender que se tal nomenclatura como “original” dos toners indicados o Edital, ocorrerá inevitável e odioso tratamento desigual entre os participantes, dando especialidade aos toners exclusivamente originais das marcas das fabricantes das impressoras, sem comprovar que as mesmas estão no período de garantia. No edital, por certo que para não tratamento desigual e violação do princípio da igualdade entre os participantes do Edital e do princípio da supremacia do interesse público, as determinações do referido Edital devem conter produtos compatíveis 100% novos e com laudo técnico de laboratório credenciado pelo Inmetro. Caso o entendimento seja outro, como consta na literalidade do Edital, ocorrerá violação do princípio constitucional da isonomia, posto que limitaria a participação no certame, de forma injustificada, e traria prejuízos a administração pública, já que deixaria a arbítrio de uma terceira empresa a indicação de quais representantes podem ou não participar.

Assim, a subscritora, ofertando a marca Fast Printer, cumpre o certame dentro do princípio constitucional de isonomia entre as partes, já que nas especificações consta a originalidade dos produtos de acordo com a decisão do TCU de nº 1622/2002, o qual este diferencia os cartuchos por suas propriedades, esclarecendo que originais são os produzidos ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, em que este último, muito embora não fabrique impressoras, pode participar de certames, pois salienta ainda o referido Tribunal que a insistência no fornecimento somente de cartuchos fabricados também pelo fabricante da impressora, eis que fere aos princípios da isonomia e do julgamento objetivo e frustra o caráter competitivo do certame, violando aos artigos 3º e 30, da Lei 8.666/93.

Neste sentido, o único embasamento legal possível, ao não observar a base legal que caberia invocar o art. 15, I, da Lei nº 8.666/93, que prevê que as compras, sempre que possível, deverão “atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas” e ainda em afronta ao julgado abaixo destacado: *Plenário. TC 021.620/2010-5 . Natureza: Representação. Unidade: Unidade Regional de Atendimento da Advocacia-Geral da União no Rio Grande do Sul (URA/RS). Responsáveis: Marco Aurélio Leal de Moraes e Marilda do Perpétuo Socorro Vulcão Leão. Representante: Empresa Microsens Ltda.. Advogado: Wellington Luiz Affornali (OAB/PR 47.299) SUMÁRIO: REPRESENTAÇÃO DE LICITANTE. AQUISIÇÃO DE TONER PARA IMPRESSORAS. COMPRA REALIZADA DE TERCEIRO QUE NÃO O FABRICANTE ORIGINAL DAS IMPRESSORAS ÀS QUAIS OS CARTUCHOS SE DESTINAVAM. CONHECIMENTO. IMPROCEDÊNCIA. 1. É vedada a inclusão de cláusula de preferência de marcas em processos licitatórios. 2. Em casos excepcionais, admite-se a indicação de marcas em procedimentos licitatórios, desde que a preferência encontre-se devidamente fundamentada técnica e juridicamente.*

Com isto, mais uma vez, são admitidos cartuchos originais de outros fabricantes, haja vista a menção à durabilidade do produto de acordo com a Decisão 1622/2002-Plenário do TCU, em que é abordada a possibilidade de exigência de laudo comprobatório do bom funcionamento de cartuchos originais de outros fabricantes. Os cartuchos oferecidos são todos originais, nos termos da Decisão Plenária do TCU 1622/2002, que diz que: (...) ‘8. *Diferencio a seguir os cartuchos por suas propriedades: a) Originais: são produzidos ou pelo fabricante da impressora ou por outro fabricante que produz cartuchos de impressão, embora não fabrique impressoras. Trazem estampada a marca desse fabricante e têm a qualidade assegurada por seu próprio fabricante.*(...)

Aqui, ressalta-se, uma vez mais, a existência de diferença entre cartucho original e cartucho produzido pelo fabricante da impressora. A subscritora não participa de licitações com cartuchos reciclados, remanufaturados ou recarregados. Ressalta-se que „somente oferta produtos novos, originais“. Incorre em equívoco quem entender que cartucho original é o fabricado pela mesma empresa que forneceu a impressora.

É notório e sabido que as marcas constantemente são confundidas com originalidade do produto e são de valores bastante superiores que a média praticada por outras empresas que ofertam produtos originais, mas similares e compatíveis, como é o caso da ora requerente“, diferentemente do que alega de má-fé a recorrente, que é “paralelo” e “recondicionados”. Ademais, conforme suscitado, o artigo 3º da Lei 8.666/93 além de dispor que a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, é imperioso que deve ser processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, somam-se a estes, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, aos que o Pregoeiro está adstrito.

Portanto, é a presente para impugnação do Edital e esclarecimento, quanto a literalidade dos toners “originais”, para que se tenha também a participação da subscritora, nos termos acima citados.

Catanduva, 18 de novembro de 2020..

NBB Comércio de Equipamentos de Informática Ltda. – ME.

CNPJ: 10.820.186/0001-89